

O ATREVIMENTO DA FILOSOFIA: ENTREVISTA COM RENATO JANINE RIBEIRO

Por Anderson A. Lima da Silva¹, São Paulo, 29/06/2019

Anderson: Eu gostaria de começar nosso diálogo retomando uma afirmação do senhor que me parece central:

“Talvez o apogeu [da ligação da USP com os professores franceses] tenha se dado em [1965], quando o jovem professor Michel Foucault ministrou um curso sobre o assunto do livro que publicaria no ano seguinte – *As palavras e as coisas*. Dessa época, data a sua definição do curso da USP como “bom departamento francês de ultramar, que seria o título (sem o *bom*) de um livro de Paulo Arantes, publicado em 1994.”²

Por que eleger esse momento como apogeu dessa relação? Foucault teria ocupado um lugar privilegiado nessa ligação com os professores franceses? Que sentido o senhor confere a essa expressão de Foucault: “*Bom* departamento francês de ultramar”? Elogio? Ironia? Marca de nosso provincianismo, ainda que com verniz civilizatório? Ou nada disso?

Renato: Embora eu não estivesse presente nesse momento na Faculdade, (eu entrei em 1968 na faculdade, como aluno), desde a primeira visita de Foucault ao Brasil as pessoas tinham muito orgulho de que ele, que não era tão conhecido e que explodiu com o tremendo sucesso de *As palavras e as coisas* [1966], tivesse dado um curso sobre esse texto inédito lá [na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP]. Eu nunca ouvi falar dessa frase até que o Paulo Arantes publicou o livro dele [*Um departamento francês de ultramar*, 1994], então não sei qual foi o tom de Foucault. Mas por tudo que eu entendi era um tom elogioso: bom departamento

¹ Anderson Aparecido da Lima Silva é Doutor em Filosofia pela USP/Université de Paris X – Nanterre. Suas pesquisas concentram-se nos trabalhos de Michel Foucault e suas ressonâncias contemporâneas.

² RIBEIRO, “Filósofos franceses no Brasil: um depoimento”. In: *Diálogos entre França e Brasil: formação e cooperação acadêmica*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2005.

francês, quer dizer, um departamento que teria ancoragem nas qualidades francesas, que seriam de dois tipos. O primeiro ponto é fazer uma explicação de texto correta, adequada, etc. Temos que levar em conta que havia no Brasil uma tradição filosófica muito eclética, essa tradição não tinha o rigor da leitura. E nesse momento, em boa parte, nos veio sobretudo Martial Guérout, se não me engano na década de 1950. Então esse Departamento de Filosofia que estava feliz de Foucault ter estado lá, estava felicíssimo, talvez mais feliz ainda, de ter Guérout como instrumento.

Minha hipótese é que, sem talvez que as pessoas percebessem, havia um certo conflito entre as duas posições. Quer dizer, se você aposta em Guérout, primeiro, vai fazer uma explicação de texto acreditando que exista uma leitura correta, uma leitura certa do texto; segundo, vai tentar nem tirar nem acrescentar nada; terceiro, vai eleger a história da filosofia como um trabalho canônico do Departamento. Isso marcou profundamente o Departamento de Filosofia da USP: a ideia de fazer um trabalho sério, sem nenhum tipo de ecletismo, de especulação, de “acho que” e a ideia de que esse trabalho sério seria o correto. Mas isso trouxe um custo, um ônus extraordinário para o Departamento que se vê, ainda, hoje na maneira como os alunos de graduação e de pós-graduação são fortemente dissuadidos de pensar. Então, o preço disso foi substituir o filosofar pela paráfrase da História da Filosofia. Penso que é esse o principal defeito do Departamento de Filosofia.

Desisti de tentar discutir e enfrentar isso, porque penso que é assim, assim foi e assim será. Isso fez o Departamento de Filosofia, inclusive, perder um tanto da liderança que podia ter em termos de pensamento no Brasil. Não que exista um grupo que hoje seja líder, mas essa postura que descrevi é bastante frequente no Brasil e se tornou bastante problemática. Mas, enfim, esse é um ponto crucial, o estruturalismo, para usar um termo que se usava muito na época mas que sumiu de cena, o estruturalismo guéroutiano reduziu muito a possibilidade de fazer uma leitura dos textos mais criativa e sobretudo a ideia de você filosofar.

Penso que para pelo menos alguns havia um subtexto, não sei se inconsciente ou consciente, de que Marx seria o fim da filosofia (assim como esses “fins” em que o século XIX acreditou tanto, na esteira de Hegel: fim da arte, fim da filosofia, fim da história). Teria ocorrido um certo fim da filosofia: o que teríamos agora a fazer seria estudar a filosofia e talvez, no caso dos mais marxistas, partir para uma práxis revolucionária. Havia alguns professores, não muitos, com esse perfil. Então, esse é um dos lados da questão: um bom departamento francês de ultramar seria um departamento que faria uma boa História da Filosofia. Deixo claro que respeito muito essa competência técnica da boa leitura; apenas me parece que ficou faltando o atrevimento de ir mais longe, como se fazer filosofia ficasse sendo um monopólio dos países centrais, enquanto nos caberia fazer história da filosofia relativamente aos clássicos ou discutir as ideias novas, atuais, que nos vêm dos países mais desenvolvidos.

O segundo ponto, que considero mais interessante, é o lado da chamada laicidade. Emmanuel Macron, no seu discurso de posse como presidente da França, a certa altura mencionou duas palavras só, numa frase curtíssima, “laicidade republicana”. Ele não precisa detalhar isso porque nesta concisão há uma riqueza enorme de significado para um francês. Não é apenas a separação entre a Igreja e o Estado: é uma sociedade na qual a racionalidade é importante, na qual a igualdade é importante, na qual o preconceito deve ser debelado e na qual, por exemplo, no caso das mulheres de religião muçulmana, não se acredita que elas tenham escolhido livremente, quer o porte do véu, quer a ablação do clitóris. Supõe-se que

nesses casos tenha havido uma pressão machista, retrógrada, supersticiosa e que cabe ao Estado proteger as pessoas disso.

Essa posição laica é muito avançada; eu não diria que é antiliberal, diria que é uma visão muito avançada do liberalismo. Porque o liberalismo na concepção usual, bem tola, que existe aqui no Brasil, é você evitar o Estado. Ao passo que o verdadeiro liberalismo é a convicção de que cada pessoa tem riquezas únicas e que é preciso eliminar aquilo que reprima essas riquezas. O exemplo mais atacado é o Estado, mas a superstição, o controle da família, o preconceito religioso, estão no mesmo pacote. A visão francesa é essa: cada um tem que desabrochar no que é intrinsecamente seu e o principal modo de enfrentar impedimentos é a educação – republicana, universal – que é responsabilidade de um Estado democrático.

Essa ideia de laicidade republicana dá uma importância extraordinária à educação. Vi isso quando fui Ministro. A ideia francesa de educação, desde 1870 e pouco, incluindo a alfabetização universal, o acesso do maior número possível de pessoas à educação pública, se possível à Universidade, tudo isso vem junto com essa ideia de desabrochamento das pessoas, de seu florescimento. Esse segundo aspecto do departamento de ultramar, que me parece ser o da laicidade republicana, vem junto com uma liberdade, uma luta contra os preconceitos.

Os dois pontos mais ou menos convergem: o repúdio ao ecletismo, em favor de uma leitura de texto rigorosa, e a defesa da laicidade. Convergem no sentido de que haver uma filosofia que não é pautada pela Igreja, é laica, criteriosa, correta e ligada, em última análise, a um projeto ilustrado ou iluminista que torne emancipador esse conhecimento. Seriam esses os pontos principais. A falha, como eu disse, é que a “opção Guérault” pesou tanto que o Departamento ficou com dificuldade para realizar seu potencial.

No último curso de pós-graduação que dei, em 2009 ou 2010, meus alunos não tinham coragem de tomar a palavra, os alunos de filosofia não tinham coragem de conversar, de falar. Os melhores alunos de filosofia morriam de medo. Alunos que estavam fazendo trabalhos bons, mas que foram doutrinados ao longo de toda a graduação a não dar pensamento próprio porque isso seria opinião, não seria rigoroso: então, tem-se que repetir o que está nos autores, e isso é muito ruim. Esse é o lado negativo dessa herança, talvez.

Anderson: Se, por um lado, há ou houve uma complementação entre essa concepção do fazer filosófico – ou de História da Filosofia – e uma postura que ressalta esse lado laico republicano, pergunto-me se, *hoje*, não haveria uma tensão ou choque entre esses dois aspectos. O que o senhor pensa?

Renato: Inteiramente de acordo. Porque, a rigor, o lado republicano iria dar no intelectual público. O intelectual público é uma pessoa que tem conhecimento, mas também tem uma intervenção na sociedade. O que implica duas coisas: primeiro, ele traduz o complexo numa linguagem acessível a mais pessoas; segundo, elas valorizam o que escutam. O intelectual público toma posição. O risco do intelectual público é ele ser unilateral, tentar doutrinar as pessoas, se exaltar: são seus riscos. Mas o intelectual público sério, melhor dizendo, o intelectual público que conserve a independência crítica ao que está acontecendo, não será assim. A laicidade leva a esse resultado positivo. Mas a excessiva explicação de texto ou, melhor dizendo, a redução da filosofia a uma História da Filosofia calcada numa explicação

de texto é algo complicado. Retornando ao livro de Paulo Arantes: entendi, pela leitura que fiz há muito tempo dessa obra, que o sentido era bem mais pejorativo ou pelo menos crítico do que outra coisa. O ponto do Paulo me parece que era: vamos nos emancipar dessa tutela francesa. Vamos partir para outra coisa, vamos ser autônomos, vamos ser independentes. A tutela francesa foi positiva, o próprio Paulo e a Otilia [Arantes] fizeram seus doutorados na França, foram sempre muito ligados a pensadores franceses, mas a partir de um certo momento – vinculado a isso talvez um projeto político do Paulo, mais abrangente, que acaba levando à esquerda do PT e ao Psol – tudo isso o fez considerar que essa dependência da França não era positiva para a autonomia do pensamento. Independentemente de todos os outros referenciais, concordo com o Paulo que esse ponto é pelo menos delicado.

Anderson: Ainda em torno da ideia de intelectual público, gostaria de questioná-lo a propósito da segunda vinda de Foucault à USP, em outubro de 1975, já como um intelectual consagrado. Sabemos que no dia 23 deste mesmo mês houve uma assembleia dos estudantes na qual, em protesto à onda de prisões deflagradas contra estudantes, professores, jornalistas, decide-se por uma greve geral. Foucault não apenas está presente nessa assembleia como pronuncia um discurso em solidariedade aos estudantes, repudiando a tortura e os abusos da ditadura civil-militar brasileira. Na mesma assembleia, ainda, associando-se às decisões dos estudantes, suspende antecipadamente seus trabalhos na USP, reclamando a libertação dos estudantes presos. No dia 25 de outubro, Vladimir Herzog é torturado e morto nas dependências do DOI-CODI. Oficialmente, as forças da ordem alegam suicídio, por enforcamento. Antes do fim de outubro, Foucault participa do culto ecumênico dirigido pelo cardeal dom Paulo Evaristo Arns na catedral da Sé, naquele que talvez possa ser considerado como um dos principais atos contra a ditadura.

O senhor esteve presente algum desses episódios? Como o senhor interpreta essa postura de Foucault? O senhor acredita que esse gesto também tenha deixado algum legado à USP e, mais particularmente, ao Departamento de Filosofia?³

Renato: Bem, eu não estava no Brasil. Em 1975 eu estudava na França. Fui para a França em outubro de 1972 para fazer o mestrado, comecei o doutorado lá e voltei da França para assumir o cargo na USP em dezembro de 1975. Então, foi dois ou três meses depois do assassinato de Herzog, do célebre culto ecumênico na Catedral da Sé, eu não acompanhei nada disso a não ser pelo que chegava na França, sei que foram movimentos importantes. Meu pai era jornalista, tinha sido presidente do sindicato dos jornalistas, o nome dele é Benedito Ribeiro, ele trabalhava nessa época numa empresa de café e ele foi a essa missa – contrariando todas as pessoas da empresa em que trabalhava. Meu pai, como ex-presidente do sindicato, foi de metrô prestar homenagem a um jornalista, portanto a um sindicalizado que tinha sido assassinado (o Vladimir Herzog). Mas é tudo o que eu sei de primeira mão. Da presença de Foucault no Brasil não sei nada a não ser que, nos dois casos, 1965 e 1975,

³ Sobre os períodos de Foucault em São Paulo, Cf. PARRO, Ricardo; SILVA, Anderson Lima da. “Michel Foucault na Universidade de São Paulo”. In: *Discurso*, São Paulo, v. 47, n. 2, pp. 205-223, dez. 2017 (Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/141441/136461>).

ela foi muito festejada. Quer dizer, 1965 talvez nem tanto; 1975, com certeza. As pessoas comentavam muito, havia estórias que corriam, sobre como tinha sido isso ou aquilo, quem ele conheceu, quem deixou de conhecer... quase que no nível da fofoca... mas realmente, eu esqueci todas... Como fui bastante amigo do Gérard Lebrun, durante vários anos, e o Lebrun era muito amigo do Foucault, ele de vez em quando comentava alguma coisa do Foucault. Talvez o que tenha mais interesse é uma questão sobre *Vigiar e punir*. Uma vez conversando com o Lebrun, eu perguntei pra ele: “Lebrun, o que você acha que o Foucault queria fazer com as cadeias?”. E o Lebrun respondeu: “pois é, depois de ler *Vigiar e punir* eu perguntei a ele – Foucault – o que você quer, o que você acha, o que é isso? Pois você está propondo o fim de toda forma de punição, é isso?” Foucault respondeu: “Não, não é isso. Eu gostaria que fossem mais humanizadas, etc.” Ora, essa afirmação de Foucault vai contra o que ele diz expressamente em *Vigiar e punir*, onde ele diz que as propostas de humanização das cadeias são vãs, daí o Lebrun deu uma risada pra mim e disse: “o Foucault na verdade gostava muito de agradar as pessoas, e como ele sabia que eu era conservador, ele disse isso para mim”. Agora, essa anedota que eu te contei é muito interessante porque ela coloca uma questão séria quando se discute a política de Foucault: e daí, o que ele quer? Quer dizer, você nota que às vezes a crítica foucaultiana é tão radical, tão profunda que você não sabe para onde isso vai. Se você critica tudo, chega uma hora em que não tem mais formas de tomar posição. Parodiando um pouco aquilo que dizem de Kant, que Kant tem as mãos limpas mas não tem mãos, então não haveria como agir kantianamente: a ação fica bloqueada, tantos são os requisitos morais. No caso de Foucault fica um pouco isso: a crítica é tão radical que você não sabe muito onde isso vai dar. O equivalente disso hoje no Brasil estaria em certos grupos de extrema esquerda que são tão críticos que você não sabe o que eles fazem, o que eles podem fazer.

Anderson: Nesse âmbito, haveria um descompasso entre o que Foucault escrevia em seus livros e suas constantes tomadas de posição? Afinal, a conhecida combatividade de Foucault, inclusive a demonstrada quando de sua visita à USP, não parece ser a de um pensador fadado à inação.

Renato: Faz tempo que não frequento Foucault, ele escreveu uma quantidade gigantesca de coisas, a última coisa que li foram os *Ditos e escritos* quando saíram, quase tudo, li muita coisa. Bem, na verdade são duas coisas: a inspiração é sempre a mesma, seja no texto mais erudito, seja no texto de circunstância, que é uma inspiração que eu diria quase anarquista ou anarquista mesmo, a de uma contestação geral ao poder. Apesar de ele ter passado de uma posição em que o poder é repressivo para uma posição em que o poder é visto como produtivo, apesar disso, há uma contestação muito séria ao mando. *Vigiar e punir* – que é um livro até bastante fácil de ler, não é dos mais profundos de seus livros – coloca essa visão libertária, no sentido europeu, não no sentido americano. Anarquista, no sentido de uma contestação do poder, eu acho que é. Mas essa inspiração comum o leva a posições diferentes. Uma das grandes críticas que se faz a Foucault é a de ter acreditado que Khomeini trouxesse coisa nova. É a grande crítica. Daí, a ideia de que o Foucault não acertasse nas análises dele, de tão radical que era. Isso foi levantado no colóquio Foucault que organizei em 1985 [*Recordar Foucault*] pelo Giannotti. Eu contra-argumentei dizendo: “bem, Giannotti,

mas as pessoas que tiveram uma formação mais ligada à política, marxistas, erraram pior ainda. Foucault errou em imaginar [certa postura do] Khomeini, foi um erro que durou alguns meses e não levou à morte de ninguém, porque Foucault não tinha nenhuma influência sobre o Irã. Suas declarações nem ajudaram o Khomeini a matar quem quer que fosse nem tornaram Khomeini popular na França, nem nada. Agora, as declarações de muitos marxistas ajudaram Lenin, Stálin e Mao-Tsé-Tung a matar multidões e além disso ajudaram a haver no Ocidente um viés favorável a essas políticas homicidas. De modo que criticar Foucault porque ele não consegue enxergar bem a política é superficial, desse ponto de vista, porque a crítica aos marxistas seria mil vezes mais forte se adotarmos o critério de criticar pela prática”.

Agora, penso que entre uns textos e outros há um descompasso, mas em boa medida porque ele era um autor extremamente participante. A participação do Foucault, quando vai a uma passeata, quando se posiciona contra a pena de morte, quando escreve o texto contra a execução pela guilhotina de Buffet e Bontemps, quando faz essas coisas é a atuação cidadã de alguém que tem repúdio ao poder como é. Aí o texto de referência é aquela conversa de Foucault com Deleuze, *Os intelectuais e o poder* [1972], quando Foucault diz: o poder do policial é o mesmo poder do primeiro-ministro. Quer dizer, é o poder de proibir a pessoa de fazer alguma coisa ou de obrigá-la a fazer o que não quer. Então, nesse sentido, ele está lá para defender que esses poderes não coíbam as pessoas de fazer o que querem e de omitirem o que não querem. Acho que é esse o ponto.

Agora, talvez haja uma tensão entre teoria e prática: vejo que a teoria de Foucault as vezes torna difícil partir para a prática. Não censuro Foucault por ter feito escolhas que seriam erradas. A única que conheço, aliás, é a do Khomeini, outras desconheço. Nas outras coisas que ele disse não lembro que tenha errado, ao passo que, na tradição marxista, há muito mais erro na prática. Ou seja, se quisermos discutir, o que na filosofia política me parece absolutamente essencial, quais são as relações entre teoria e prática, não dará para atacar Foucault e poupar os marxistas, os liberais, em suma, talvez ninguém saia muito bonito na foto... Mas, voltando a Foucault, fica uma grande questão: se uma teoria tão radical impossibilita a prática.

Anderson: Na apresentação redigida pelo senhor à coletânea de textos provenientes desse que terá sido o primeiro (e durante muito tempo o único) colóquio do Departamento de Filosofia da USP dedicado a Foucault – *Recordar Foucault*, 1985 –, após lembrar as visitas do filósofo francês à USP, lemos que “recordar Foucault, para nós, não é pagar uma dívida da instituição com o visitante: é marcar a nossa proximidade de um pensamento que não nos proporcionou apenas conhecimentos, infundiu-nos também, inquietações – que são a consciência de nossos desconhecimentos”. Mais à frente, o senhor destaca ainda a sagacidade de Foucault ao “desconcertar os hábitos de nossa razão para fazer-nos pensar”.

De suas primeiras visitas aos dias atuais, como o senhor avalia a presença – ou ausência – de Foucault no Departamento de Filosofia da USP? Algo mudou? Um fato notável é que a maior parte dos participantes do colóquio não provinha necessariamente da Filosofia.

Renato: Sim, os participantes do colóquio vieram de todas as áreas. Fiz um colóquio muito aberto, abri para quem quisesse participar. Em critério de qualidade houve só dois ou três resumos que recusei. Um deles era um resumo engraçado, lembro de uma passagem, algo assim: “E depois, depois de não sei quem, veio o Foucault. Ponto. O Michel. Ponto. Um cara. Ponto.” Daí eu falei: esse não dá [risos]. Agora, os outros, no final do livro você tem a lista de todos os palestrantes. Selecionei uma parte para a publicação, aí tive de excluir alguns, em parte por qualidade, em parte por equilíbrio. Não quer dizer que os textos que não saíram fossem ruins. Mas o mais interessante foi ver como o pensamento de Foucault era aplicável em muitas áreas, era usado por muita gente. Gente da Educação, gente da História, gente das Letras, gente de Filosofia. Não lembro nem exatamente quem, do Departamento de Filosofia, participou. Faz muito tempo. Mas a pergunta que fica no seu subtexto é: por que esse silêncio? Era um autor que não interessava ao Departamento? O que aconteceu? É complicado dizer. Ele tinha esse amigo querido, que era o Lebrun, mas o Lebrun, embora de vez em quando falasse de Foucault, não era um organizador de eventos ou algo do gênero. É possível também que o tipo de trabalho de Foucault... me disseram que na França ele conheceu um eclipse, não sei se voltou. Mas houve um tempo, um pouco depois do colóquio que organizei, em que as pessoas diziam que pouco se falava de Foucault, que ele tinha saído de cena e não se saberia dizer o porquê. Foucault se manteve muito influente, em parte aqui, em parte nos Estados Unidos, em parte na França. Bem, por que o departamento não fez algo? Talvez porque o Departamento de Filosofia goste de autores mais antigos, mortos há mais tempo e... voltamos à questão inicial: o que se está fazendo é História da Filosofia ou filosofar? Você veja questões atuais: quando Sloterdijk discute uma questão, ou Habermas discute outra, ou um filósofo francês pega um acontecimento do momento para discutir, eles estão dizendo que a filosofia é viva e que se pode aplicar a filosofia a questões que estão no momento presente. Aqui no Brasil é mais provável que alguém pegue um texto do Sloterdijk, ou do Habermas, trabalhe em cima dele, com os referentes europeus, do que que pegue alguma coisa aqui do Brasil e vá discutir à luz da filosofia. Há alguns poucos, dentre os quais eu, obviamente Marilena Chauí, Paulo Arantes, fora do Departamento penso em Gerd Bornheim e Ernildo Stein, autor de um belíssimo livro sobre a melancolia da esquerda após a queda do muro de Berlim, que discordamos disso, tentamos trabalhar de um outro jeito. Mas talvez essa seja uma razão pela qual faz mais sentido ou talvez seja mais fácil você fazer um colóquio sobre um grego, um alemão, um filósofo moderno, do que sobre filósofos do século XX.

Anderson: Numa perspectiva que, eu não diria complementar, em todo caso ainda presente, há aqueles que se colocam a questão na seguinte chave: Foucault seria filósofo? Ou suficientemente filósofo para um departamento “sério” de filosofia?

Renato: Isso é bobagem. Essa discussão é uma bobagem. Quer dizer, o que você tem é alguém que fez também trabalhos de história, que tem trabalhos que você pode dizer que servem para a crítica literária (como o *Raymond Roussel*), tem trabalhos de interferência na psicologia, mas o conjunto de tudo isso é fortemente filosófico. Até porque quando ele discute as outras áreas, ele discute de um viés muito mais filosófico do que outro. Por exemplo, tome *Vigiar e punir*. *Vigiar e punir* tem incursões pela história, mas o ponto de partida

é o conceito de disciplina, trabalhado de maneira fortemente filosófica, quer dizer, conceituando, mostrando como surge, como se desenvolve, qual seu impacto. A fase em que Foucault se debruça sobre a genealogia assume um tema filosófico por excelência, nietzschiano. Talvez, o que cause uma certa aversão seja o que ele fala de Nietzsche, ao dizer que ele o usa como uma caixa de ferramentas. Talvez usar como caixa de ferramentas pareça, a alguns espíritos mais conservadores, uma tomada de liberdade que não seja muito séria. Talvez pareça isso. Na verdade, nesse caso, a questão maior seria por que a filosofia tem tanto *esprit de sérieux*, como falava Pascal. Pascal contrasta o *esprit de sérieux* com o *esprit de finesse*. Se Nietzsche fosse contestar o espírito de seriedade, ele o contestaria pelo riso, pela zombaria, pela martelada, quer dizer, é outro espírito. Para retomar, Foucault estaria muito mais perto dessa alegria nietzschiana. Por exemplo, suas aulas no *Collège de France*: ele dava cursos que duravam dois ou três meses, era num período ainda de inverno, acho que começava por volta de janeiro ou fevereiro e iam até a primavera, mas eram curtas, dois meses talvez. E o que era interessante é que nas primeiras semanas escurecia durante a aula, e a luzinha acendia e Foucault era um excelente ator, era um performer: a luz batendo na careca dele, a gestualidade que ele tinha, o domínio da palavra vinculada ao gesto, era brilhante. Levei uma amiga do Rio, atriz, Marilka Corrêa da Costa, para assistir a uma aula sua, ela adorou o conteúdo, mas foi quem me chamou a atenção para a teatralidade perfeita, o domínio de cena, que Foucault mostrava. E tudo isso fazia parte de um pacote único: ele fazia as pessoas pensarem muito. Talvez até você possa dizer que Foucault tinha um certo gosto pelo impacto, um gosto por contrariar as ideias recebidas. Era um gosto. Talvez exagerasse nisso, talvez não, mas não conheço texto dele de que você possa dizer: é um texto irresponsável, causou danos graves. Repito: enganou-se sobre Khomeini, mas esse engano não prejudicou ninguém.

Anderson: E como é dar aulas sobre Foucault? O senhor chegou a lecionar um curso sobre Foucault? Uma das razões da pergunta vem justamente da persistente ausência desse nome no quadro dos cursos de graduação e da pós-graduação de filosofia na USP, ao menos até bastante recentemente.

Renato: Não lembro se dei um curso inteiro sobre Foucault, talvez não. Mas dei cursos em que havia várias aulas sobre Foucault. E daí aconteceu uma coisa muito curiosa, e absurda, mas aconteceu. Primeiro, no colóquio Foucault. A gente abriu uma segunda-feira à tarde, uma abertura com comunicações, mas a abertura solene foi no mesmo dia à noite com uma conferência no belíssimo auditório da FAU, lotada, etc. Quando termina a conferência, aparece um rapaz que pede a palavra e diz: “eu fui solto do [Hospital psiquiátrico do] Juqueri, o que vocês podem fazer por mim?”. Eu fiquei totalmente incapaz de reagir, era muito novo, inexperiente, não sabia o que fazer com isso. O Lebrun, que foi quem deu a conferência, acho que deu uma resposta boa, educada, mas não lembro. Já no último dia do colóquio, que tinha uma mesa redonda, apareceu outra pessoa, um ex-aluno, que começou a fazer perguntas aberrantes, perguntava a cada um da mesa. Bento Prado, que estava na mesa, respondeu, delicada, mas ironicamente, que a pergunta dele, pelo que ele, Bento, tinha podido entender, dizia respeito ao sentido último da existência, questão sobre a qual a filosofia não tinha o que pronunciar. E com isso, liberou a situação.

Daí em diante, quando eu dava aula sobre Foucault, sempre acontecia alguma coisa. Um dos últimos foi um curso em que dei uma única aula sobre Foucault, deve ter sido nos anos 1990. Naquele dia chegou uma pessoa que não era meu aluno e pediu para assistir a minha aula. Não sei nem se ele sabia que o tema da aula seria Foucault. Aí na primeira metade da aula interrompeu várias vezes, de maneira quase inconveniente. Eu respondia a todas as perguntas, mas era inconveniente, você percebia que a pessoa fazia a pergunta, você estava respondendo e ela já não estava mais atenta. E aí no intervalo ele saiu, comprou uma cerveja, que na época se vendia na cantina, e voltou para a segunda metade da aula, sentou e começou a balançar na cadeira até cair no chão, ficou deitado e dormiu. [risos]. Então, isso não é uma coisa curiosa?

Minha experiência de aula sobre Foucault no Departamento é que sempre causava alguma coisa, algo que saía do normal. Não tenho a menor ideia do porquê, mas aconteceu inúmeras vezes. Essas eu lembro, mas aconteceu outras vezes. Mas nem por isso parei de dar aula de Foucault, para evitar maluco em sala de aula, né? Era uma coisa engraçada e não tem como explicar: ou é autoexplicativo ou é mera coincidência. Foucault atrai o que chamamos, na falta de palavra melhor, alguma loucura? Não sei. Mas minha experiência é que, mesmo sem se anunciar que eu ia falar de Foucault, vinha alguém que saía do convencional.

Talvez eu possa lembrar aqui o que um grande amigo, dele e de Lebrun, conta sobre a morte de Foucault. Eu me refiro a Paul Veyne, que escreveu um artigo contando este episódio. Veyne, que morava no sul da França e sabia que o amigo estava à morte, guia seu carro por uma estrada quando é ultrapassado por um veículo, do qual Foucault lhe faz um aceno. Veyne ficou tão mexido que parou no acostamento. Isso foi no momento mesmo em que Foucault morria, ele soube ao chegar em casa. Interpretou: Foucault me ultrapassou, foi mais longe que eu (Veyne não tinha inveja do amigo). E depois penso que alguém lhe disse: o carro em que ele estava, que você descreveu, era um *corbillard*, uma quase limusine que se usa na França para transportar os mortos. Enfim, conto isso porque há algo inexplicável nessas coincidências, a de Veyne visualizando a partida do amigo, a de pessoas, que nem alunos eram, aparecendo quando Foucault era o tema.

Anderson: Para fechar, como o senhor avalia, enquanto professor da USP, intelectual, cidadão, os efeitos, ressonâncias de inspiração foucaultiana na filosofia e na política na atualidade.

Renato: Não sei o quanto as pessoas estão citando Foucault, isso eu não sei dizer...

Anderson: Em 2014, o jornal *Libération*, pautado em sociedades de *rating* intelectual, apontava Foucault como o pensador francês mais citado na área de ciências humanas – o que vem se repetindo nos últimos anos.

Renato: A minha dúvida, no Brasil, é a seguinte: em que medida as pessoas estão citando Foucault só para... deixa eu explicar melhor: uma deficiência do meio intelectual brasileiro é que às vezes você tem um corpus muito interessante e procura uma bibliografia para explicar o corpus. E se o corpus extrapola a bibliografia, as pessoas não percebem ou não sabem o

que fazer. Então, por exemplo, Gramsci: você pode pegar Gramsci e tentar aplicar a um determinado contexto e descobrir que o contexto extrapola esse pensador. E a maior parte das pessoas não percebe isso e joga fora a parte que extrapola, fica só nisso. Essa relação de mais ou menos subserviência ao autor é muito comum no Brasil. E você ter independência para examinar justamente o que foge da aplicação mecânica de uma teoria a um corpus, examinar o que foge, tentar a partir disso ter um avanço, isso é absolutamente raro. E Foucault tem algo que é o seguinte: ele se presta muito bem a uma explicação pronta. Quer dizer, qualquer situação de repressão, é muito fácil aplicar Foucault, qualquer situação disciplinar, é muito fácil. Isso as vezes traz um problema grande que é o de as pessoas não conseguirem ter independência em relação a isso. Dito isso, a influência do Foucault é alguma coisa que me deixa sempre com um pouco de dúvida, mas esse é um problema geral do trabalho intelectual no Brasil... Você conhece o Richard Feynman? Ele foi prêmio Nobel de física de 1965. E ele tem um livro traduzido em português com o título *O senhor está brincando, senhor Feynman?* E é muito engraçado, é um homem que nos anos 1950 deu aula no Brasil, no que é a atual UFRJ, e adorava samba, tocar frigideira, etc. E Feynman, quando deu aula de física na Universidade, explicou alguma coisa da luz e aí perguntou aos alunos como eles aplicavam isso na paisagem da Baía de Guanabara. Ninguém tinha a menor ideia. Aí ele perguntou as definições, e todo mundo sabia a definição, mas ninguém sabia aplicar.

Penso que esse problema a gente continua tendo, não só nas exatas, mas em todas as ciências: as pessoas ficam conhecendo uma teoria, trabalham essa teoria, e na hora de aplicar isso, de discutir isso na realidade, é complicado. Em filosofia há um lado complexo nisso, pois como a filosofia dificilmente vai aplicar as ideias de alguém a um corpus, então não passa por essa prova do real para saber em que medida essa teoria funciona ou não funciona. E isso é ruim. Se você pega por exemplo, Bruno Latour, autor de *Jamais fomos modernos*, deu num congresso sobre Foucault (que aconteceu no Rio e em São Paulo, foi no começo dos anos 1990...) uma palestra em que perguntou: “o que de Foucault é importante? Tais coisas. Onde Foucault errou? Tais coisas”. Uma parte do público ficou indignada: como se diz que Foucault errou?! E, sabe, foi uma bela conferência. Isso saiu publicado numa coletânea organizada pelo Eric Alliez. O Alliez é uma pessoa hoje pouco lembrada mas que teve uma presença cultural interessante no Brasil.

Anderson: Talvez se coloque a essa altura a distinção que alguns estudiosos começam a notar entre o que seria o recurso a uma “caixa de ferramentas” e uma corrida a um “supermercado de ideias” prontas?

Renato: Vou responder de um ponto de vista pessoal. Júlio Bressane, cineasta notável brasileiro, altamente experimental, casado com Rosa Maria Dias, filósofa, especialista em Nietzsche. Quando publiquei meu *A etiqueta do Antigo Regime*, que foi um dos meus primeiros livros, um livro quase de divulgação, mas com algumas ideias próprias sobre a etiqueta, ele comentou comigo que o considerava o melhor livro foucaultiano já publicado no Brasil. E perguntei: Por quê? “Porque você não cita Foucault”. E isso eu achei interessante porque havia vários livros que citavam Foucault, mas penso que o Júlio pegou bem. Independente do “melhor” – não é a questão que estou querendo colocar, ele foi generoso demais, certamente há trabalhos melhores sobre nosso autor –, mas como você utiliza o Foucault:

ou você o cita muitas vezes, depois toma um acontecimento e supõe que esse acontecimento é uma realização no plano da empiria do que Foucault é no plano da teoria; ou você digere, trabalha, e faz um trabalho em que você pode nem citar Foucault, mas que tem o espírito dele. Isso não é para autoelogio, é apenas para contrastar um pouco as coisas. O Júlio é um leitor muito arguto e eu fiquei meio surpreso: “bom, legal, que bom que deu certo, funcionou”. É isso. Aliás, penso que faz parte da caixa de ferramentas que sua prova dos nove seja: funcionou ou não? As ideias de Foucault ajudaram a pensar? E mais que isso, ajudaram a agir? Porque, voltando ao que ele disse da execução de Buffet e Bontemps, seguramente sua militância contra a pena de morte contribuiu para a abolição dela na França. Quando eu fui para lá, em 1972, a guilhotina era utilizada, ainda que bem raramente. Em 1981, Mitterrand a aboliu. E hoje, para fazer parte da União Europeia, todo aspirante tem que abolir a pena de morte. Que mudança enorme, em menos de meio século. Algo, nisso, se deve a Foucault.

Anderson: Muito obrigado, professor, eu agradeço pela sua disposição e solicitude em aceitar essa entrevista.

Renato: Estou certo de que essa conversa poderia se estender, me desculpe pelo tempo escasso. Ressaltaria apenas, para terminar, que gostei muito das suas perguntas e que fiquei bastante contente de ter podido receber você.